

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº. 38

Aos dezoito dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e um, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal em segunda reunião da sessão ordinária de vinte e oito de Novembro, último, sob a Presidência do Presidente Alberto Dionísio Branco Lopes, secretariado pelos Vogais Judite Yolanda Capelo dos Santos e Henrique Manuel Aubry de Oliveira Pontes de Gouveia, a primeira na qualidade de primeiro secretário eleito e o segundo em substituição do segundo secretário eleito, Fernando dos Santos Manata e com a presença dos Vogais Francisco Fernando da Encarnação Dias, Henrique Manuel Marques Domingos, José Maria Lobo Portugal M.R.Raposo, Carlos Valentim Armada de Sousa e Silva, Eduardo António Ramalheira, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Domingos Simões Maia, Manuel Marques Anileiro, Vitor José Pedrosa da Silva, Arlindo da Cruz, António Pereira Campos Naia, Maria Antónia Corga Vasconcelos Pinho e Melo, Silvério Conde Teixeira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Celso Sousa de Figueiredo Gomes, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, João Gamelas da Silva Matias, Jaime Ferreira Marques Vieira, António Maio Ferreira Capella, Manuel Pereira Cabral Monteiro e Manuel Gaspar Fernandes.

Pelas 18 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais João Francisco do Casal, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Estêvão de Sousa Rosas, Maria Helena Dias Camelo, Delfim Delmar Pereira Barreto, Manuel Silvestre Almeida Simões Cunha, Jorge Cardoso do Vale Leite da Silva, Fernando dos Santos Manata, António Manuel de Almeida Alves, Flávio Ferreira Sardo, João Manuel Caniço de Seica Neves, António Henriques Sancho, Horácio Camões Sobral, Vital Marques Miranda e Luís Gonzaga Valente de Sousa.

Imediatamente a seguir, o Presidente da Assembleia pôs à votação a realização ou não do Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o mesmo sido aprovado com 22 votos a favor, 1 voto contra e 2 abstenções.

Neste momento deu entrada na Sala a Vogal Maria Joana.

Iniciado, então, o período de antes da ordem do dia, tomou a palavra a Vogal Maria Antónia que, em nome do Grupo Parlamentar do PSD apresentou à Assembleia um protesto que foi aceite por unanimidade e que é do seguinte teor: "Em nome do grupo do PSD na Assembleia Municipal de Aveiro, venho apresentar um veemente protesto contra a vergonhosa onda de repressão que está a esmagar na Polónia as liberdades e direitos fundamentais do Homem. Não se trata simplesmente de um assunto interno de um Estado Soberano. Ignorar o que se passa hoje na Polónia é ser cúmplice de um crime histórico, tão grande como a perseguição dos Judeus durante a última guerra na Alemanha. A repressão policial e militar sobre operários, que apenas querem poder exercer em liberdade os seus direitos, defendendo um sindicalismo livre, - repressão essa comandada neste momento, por um general estrangeiro, comandante das Forças do Pacto de Varsóvia -, é uma agressão estrangeira além de um insulto ao Povo Polaco e aos Povos Livres do Mundo. Peço pois aos membros desta Assembleia que aprovelem connosco este protesto, solidarizando-se, assim, com os polacos mortos e feridos em defesa das suas liberdades".

Entretanto, deu entrada na Sala o Vogal Simões Madail.

Relativamente ao problema da Polónia, o Vogal Carlos Candal, em nome do Grupo Parlamentar do PS, tece algumas considerações de ordem genérica.

Também o Vogal Encarnação Dias, em nome do grupo parlamentar do CDS, expressa o seu voto de solidariedade para com o problema a que respeita o mencionado protesto.

Deu, entretanto, entrada na sala, a Vogal Maria Odete.

De novo no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal referiu-se às recentes deliberações camarárias em que foram focados problemas relacionados com o trânsito e a toponímia da cidade, com o Edifício-Rumo, com o problema das casas que ficam à margem do Canal da Ria e pagam taxa à Junta Autónoma e ainda sobre os terrenos a ceder ao Sr. João Nunes da Rocha.

O Presidente da Câmara depois de ter consultado as respectivas actas, respondeu às questões postas por aquele Vogal, nomeadamente quanto ao Edifício-Rumo.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Octaviano Seabra, António Vieira e Pedro Bastos.

Imediatamente a seguir, o Vogal Henrique Domingos referiu-se ao atraso verificado com as obras de Santiago e Caião e propôs que se enviasse telegrama ao Secretário de Estado da Habitação manifestando o desagrado da Assembleia Municipal por aquele atraso.

Posta esta proposta à discussão e como ninguém usou da palavra, foi, de imediato, a mesma posta à votação, tendo a mesma sido aprovada com 30 votos a favor e uma abstenção.

No uso da palavra, o Presidente da Câmara prestou informações sobre uma reunião onde esteve e onde foram tratados problemas relacionados com o Baixo Vouga e falou sobre o problema da urbanização de Santo António e da possibilidade de o assunto ainda ser apreciado nesta reunião, acabando por referir que o Conselho Municipal ainda não aprovou o respectivo plano.

Também no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal teceu várias considerações sobre a urbanização de Santo António.

Seguidamente, deu-se, então, início à Ordem de Trabalhos.

Deu entrada na sala o Vogal Rocha Andrade.

PONTO Nº. 3 - POLÍTICA E MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DE SOLOS AGRÍCOLAS NA ÁREA DO CONCELHO: - Sobre este assunto usou da palavra o Vogal António Ramalheira que, depois de ler de novo as propostas apresentadas e já transcritas na acta da reunião anterior, leu também a acta da reunião realizada com a "Comissão "ad-hoc" para a indicação de critérios prioritários de Defesa de Solos Agrícolas", que aqui se dá como transcrita e passa a fazer parte integrante da presente acta e prestou esclarecimentos sobre o assunto.

De seguida, os trabalhos foram interrompidos para o jantar.

Reiniciados os trabalhos pelas 21 horas, verificaram-se as seguintes presenças:

Alberto Dionísio Branco Lopes, Francisco Fernando da Encarnação Dias, Judite Yolanda Capelo dos Santos, José Maria Lobo Portugal M. R. Raposo, Carlos Valentim Armada de Sousa e Silva, Eduardo António Ramalheira, António Manuel Carvalho Serra Granjeira, Octaviano Augusto Ferreira de Seabra, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Domingos Simões Maia, Maria Odete Gonçalves Gaspar da Paula, Manuel Marques Anileiro, Vitor José Pedrosa da Silva, Arlindo da Cruz, António Pereira Campos Naia, Maria Antónia Corga Vasconcelos Pinho e Melo, Henrique Manuel Aubry Pontes de Gouveia, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, António Rocha

Dias de Andrade, Celso Sousa de Figueiredo Gomes, Maria Joana Gaspar de Melo Albino Campos Cruz, Pedro Martins Bastos, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, António Henriques Sancho, Jaime Ferreira Marques Vieira, António Maio Ferreira Capela, Manuel Pereira Cabral Monteiro e Manuel Gaspar Fernandes.

Faltaram os Vogais João Francisco do Casal, Estêvão de Sousa Rosas, Maria Helena Dias Camelo, Delfim Delmar Ferreira Barreto, Manuel Silvestre Almeida Simões Cunha, Jorge Cardoso do Vale Leite da Silva, Fernando dos Santos Manata, António Manuel de Almeida Alves, Flávio Ferreira Sardo, João Manuel Caniço de Seica Neves, Manuel Simões Madail, João Gamelas da Silva Matias, Horácio Camões Sobral, Vital Marques Miranda e Luís Gonzaga Valente de Sousa.

Imediatamente a seguir, a Vogal Maria Antónia, no uso da palavra, perguntou se com esta determinação da defesa e preservação dos solos, não ficaria a Autarquia cada vez mais dependente de Lisboa.

O Presidente da Câmara referiu que havia necessidade de se definir, em várias zonas do concelho, quais as zonas de expansão, muito embora alguns deles sejam agrícolas.

Seguidamente, o Vogal Carlos Candal, no uso da palavra, teceu várias considerações e sugeriu uma pequena alteração a um parágrafo de uma das propostas apresentadas pela comissão "ad-hoc".

O Vogal Pedro Bastos disse apoiar inteiramente as palavras do Vogal Carlos Candal.

O Presidente da Assembleia pôs, então, de seguida, à votação, a proposta nº. 1 apresentada pela comissão "ad-hoc", tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

Imediatamente a seguir, o Vogal Carlos Candal, fez a seguinte declaração de voto: "Em nome dos representantes Socialistas na Assembleia, direi que se nos afigura que nos considerandos da proposta, em vez da frase "acontece por outro lado que o actual executivo da Câmara Municipal tem dado sobejas provas de inteligente, operoso e bem conseguido esforço no que respeita à política habitacional" teria sido preferível consignar esta outra frase ou semelhante: "acontece por outro lado que o executivo da Câmara Municipal tem revelado preocupação e desenvolvido esforços no que respeita à política habitacional".

Também a Vogal Maria Antónia, em nome do grupo parlamentar do PSD, fez a seguinte declaração de voto: "Aprovámos por considerar que o ordenamento do território, o planeamento urbanístico e a defesa dos so-

los agrícolas são 3 pontos importantes do desenvolvimento das estruturas dos concelhos. Concordamos na generalidade com a proposta, embora possa haver discordância num ou noutro pormenor".

O Vogal Pedro Bastos apresentou, também, a seguinte declaração de voto: "Apoiei e votei a proposta apresentada pelo conteúdo positivo que ela encerra de positivo no plano concreto de planeamento urbanístico e não pela retórica nela contida, da qual não se poderá deduzir concordância com o desenvolvimento urbanístico que a Câmara tem levado a efeito".

Imediatamente a seguir, foi posta à votação a segunda proposta apresentada pela Comissão "ad-hoc", tendo também a mesma merecido aprovação por unanimidade.

Seguidamente deu-se entrada no Ponto nº. 4 da ordem de trabalhos

PONTO Nº. 4 - TABELA DE TAXAS E LICENÇAS: - Acerca deste assunto, foram lidas as deliberações da Câmara, tendo prestado pormenorizados esclarecimentos o Chefe da Secretaria da Câmara.

Entretanto entrou na sala o Vogal Henrique Domingos.

Seguidamente usou da palavra o Vogal Rocha Andrade que perguntou quais as vantagens em haver três tipos de sepulturas, com áreas diferentes e sugeriu a construção de ossários, onde se possam recolher, a título perpétuo, as ossadas dos defuntos, a fim de evitar o alargamento dos cemitérios.

Sobre o mesmo assunto, também se pronunciou o Vogal Encarnação Dias que disse que, em sua opinião, era de absoluta necessidade a Câmara ter nos cemitérios terrenos para venda, com as medidas necessárias à construção de sarcófagos.

Novamente no uso da palavra, o Vogal Rocha Andrade salientou que se em Aveiro não se pensar na construção de ossários, teremos, a breve trecho, problemas ainda muito mais graves, pela falta de terreno.

Deram entrada na sala os Vogais Conde Teixeira e António Vieira.

Seguidamente, tomou também a palavra o Vogal Carlos Candal que salientou ser uma coisa que choca profundamente, haver tamanhos diferentes para se dormir o último sono e sugeriu que a Câmara estabelecesse duas tabelas, se possível, para situações de pretérito e para situa-

*[Handwritten signatures]*

ções de futuro.

Também o Vogal Pedro Bastos disse que tal situação o repugnava bastante, dando-lhe a impressão que se tratava de um negócio de mortos.

Imediatamente a seguir, o Presidente da Câmara, também no uso da palavra, pediu desculpa à Assembleia por este assunto ser posto sem ele estar muito bem dentro dele e sugeriu que a proposta fosse retirada para ser apreciada numa nova sessão, na qual estaria presente o encarregado dos cemitérios que prestaria os necessários esclarecimentos.

Seguiu-se, ainda, troca de impressões sobre o mesmo assunto, em que intervieram os Vogais Encarnação Dias, Rocha Andrade, Maria Josefa e Campos Naia, tendo sido decidido deixar então o assunto para apreciação na próxima reunião.

Seguidamente, passou-se ao ponto nº. 5 da Ordem de Trabalhos

PONTO Nº. 5 - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL AO CONSELHO GERAL DO HOSPITAL DISTRITAL DE AVEIRO-SUL, DE CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA ALÍNEA D) DO ARTº: 2º. DO DECRETO REGULAMENTAR Nº. 30/77, DE 20 DE MAIO:

- Depois de ter abandonado a sala a Vogal Maria Odete, seguiu-se a votação para a mencionada eleição, tendo-se obtido os seguintes resultados: Encarnação Dias - 16 votos; José Maria Raposo - 5 votos; António Granjeira - 1 voto; Octaviano Seabra - 3 votos; votos brancos - 6.

Face a este resultado, foi eleito, por maioria de votos, o Vogal Encarnação Dias para fazer parte do Conselho Geral do Hospital Distrital de Aveiro-Sul.

Passou-se, de imediato, ao ponto nº. 6 da Ordem de Trabalhos

PONTO Nº. 6 - AQUISIÇÕES E ALIENAÇÕES DE BENS IMOVEIS: -  
O Presidente da Câmara apresentou à Assembleia, as condições de venda das habitações do Edifício-Torre do Núcleo Habitacional da Quinta do Canha.

Posto o assunto à discussão, seguiu-se prolongada troca de impressões, em que intervieram os Vogais Maria Antónia, Carlos Candal e Pedro Bastos, que pedem vários esclarecimentos, aos quais responde o Presidente da Câmara.

Entretanto saíram da sala os Vogais Octaviano Seabra e Carlos Armada e Silva.

Seguidamente foram postas à votação as condições de alienação das mencionadas habitações do Edifício-Torre, tendo as mesmas sido aprovadas, com 28 votos a favor e 1 abstenção.

Imediatamente a seguir o Presidente da Câmara pôs à consideração da Assembleia, o problema da venda dos terrenos na Zona de Sá-Barrocas e comunicou que está já fixado o preço de 1.500\$00 e 1.000\$00 o metro quadrado de pavimento de construção, respectivamente para os particulares e proprietários dos terrenos.

Acerca deste assunto, prestou informações a Engenheira Graçinda dos Serviços de Urbanização e Obras da Câmara Municipal.

Seguiu-se demorada troca de impressões, em que intervieram os Vogais Carlos Candal, Maria Antónia, Pedro Bastos e Encarnação Dias, que se referiram a vários aspectos, nomeadamente, zonas de lojas, cafés, zonas para a terceira idade e respectivos preços de venda para os particulares e proprietários, tendo o Presidente da Câmara respondido a todas as questões postas por aqueles Vogais.

Neste momento abandonou a sala o Vogal Cabral Monteiro.

Passou-se, de imediato, à votação do assunto em questão, separadamente quanto ao preço de venda em hasta pública aos particulares e aos proprietários dos terrenos, tendo-se obtido o seguinte resultado: para os particulares - 1.500\$00/m<sup>2</sup> de pavimento de construção - 27 votos a favor e 1 abstenção e para os proprietários dos terrenos - 1.000\$00/m<sup>2</sup> do pavimento de construção - 18 votos a favor, 6 votos contra e 4 abstenções.

De seguida, voltou-se de novo ao Ponto n.º 3 da Ordem de Trabalhos

PONTO N.º 3 - POLÍTICA E MEDIDAS DE PRESERVAÇÃO DE SOLOS AGRÍCOLAS NA AREA DO CONCELHO: - Nos termos da parte final da proposta n.º 1 apresentada pela Comissão "ad-hoc", o Presidente da Câmara indicou o tempo limite de 6 meses para apresentação "das linhas orientadoras de uma política espacial, designadamente urbanística", com as bases e pressupostos mencionados na referida proposta, o que foi aceite por unanimidade.

Dado o adiantado da hora, o Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos e declarou suspensa a presente reunião, tendo sido deliberado, por unanimidade, que a próxima reunião seja marcada para data

*[Handwritten signature]*

oportuna.

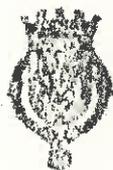
E não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a presente reunião.

Eram 0 horas.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta, nos termos do nº. 4 do Artigo 105º. da Lei nº. 79/77, de 25 de Outubro, a fim de as respectivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Presidente e por todos os membros presentes, depois de subscrita por mim, *[Handwritten initials]* Chefe da Secretaria da Câmara Municipal de Aveiro.

*[Handwritten signatures]*



CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

(1)

*Lebo Gomes*  
*Tavares*  
*Manuel Vaz*  
*Rogério*  
*António*

ACTA DA REUNIÃO COM A "COMISSÃO AD HOC PARA  
A INDICAÇÃO DE CRITÉRIOS PRIORITÁRIOS DE DEFESA  
DE SOLOS AGRÍCOLAS.

Aos dez dias do mês de Novembro de mil novecentos e oitenta e um, reuniu de tarde, com hora previamente marcada para as 14HORAS e 30 minutos, na Sala das Sessões da Câmara Municipal de Aveiro, a Comissão "ad hoc" da Assembleia Municipal, constituída na reunião deste órgão autárquico de 10 de Julho p.p., para (sic) "o estudo e indicação de critérios prioritários para a protecção de solos agrícolas", com o representante da Câmara Municipal, Eng<sup>o</sup> Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Vereador em exercício permanente. Assistiram também os representantes no distrito de Aveiro da Direcção de Planeamento Urbanístico e do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, respectivamente, Arqt<sup>o</sup> Rogério Augusto Neto Barroca e Eng<sup>o</sup> Nuno José Quintino Rogado expressamente convidados para tal.

Pela Comissão "ad hoc" referida, estiveram presentes: Eng<sup>o</sup> Eduardo A. Ramalheira, Dr. Celso Sousa de Figueiredo Gomes e Senhor Pedro Martins Bastos, tendo faltado por impossibilidade o Senhor Manuel Rodrigues Simões e o Senhor Henrique Manuel Aubrey de Oliveira Pontes de Gouveia.

Uma vez começada a reunião o Eng<sup>o</sup> Manuel Ferreira da Cruz Tavares, que compareceu, dado o impedimento do Dr. José Girão Pereira, explicou a sua presença pela necessidade de acompanhar e esclarecer o debate dos problemas relativos à defesa dos solos agrícolas, todavia sem poderes para tomar decisões em nome da



CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

(2)  
*Leiso Gomes*  
*António*  
*António*  
*R. P. P.*  
*AVY*

Câmara Municipal.

Na primeira parte da mesma, os presentes téceram considerações, sobre problemas genéricos e pontuais, suscitadas pela defesa dos solos agrícolas estabelecida pela lei vigente, sendo todos concordes na indispensabilidade do seu cumprimento integral para evitar a anarquia e a degradação da situação como já acontece em algumas áreas de outros concelhos da Região, havendo necessidade, concluíram, de remover as dificuldades práticas que se apresentem, mediante acções que salvaguardem os interesses humanos justificados, à luz da defesa dos interesses permanentes da Comunidade.

Isto posto o coordenador da Comissão "ad hoc", Eng<sup>o</sup> Eduardo A. Ramalheira, em nome da mesma e exprimindo a opinião unânime de todos os seus membros, incluindo os ausentes, declarou que aquela chegara já, e conclusivamente, após análise e estudo prévio, à delimitação e hierarquização, pela sua importância e urgência, dos critérios prioritários de defesa que lhe parece deverem ser adoptados. Por isso mesmo, referiu, a Comissão encontra-se, desde agora, habilitada a apresentá-los à consideração da Assembleia Municipal em conformidade com o mandato recebido, assente na vontade e preocupação colectivamente expressa.

Também por voto unânime da Comissão, e pela voz do seu coordenador foi declarado que, para a consecução da tarefa que lhe foi cometida, se manteve um permanente diálogo com a Câmara Municipal de Aveiro, tendo esta autarquia, através do seu Presidente, acolhido e satisfeito sempre os pedidos de esclarecimento propostos, facilitando deste modo o cumprimento da missão cometida, o que era de toda a justiça pôr em realce.

No seguimento das suas considerações o referido coordenador, igualmente em nome da Comissão, afirmou que esta assumira sempre, como pressuposto fundamental, que, da eventual observância e aplicação dos critérios de defesa a estabelecer e a propor, se não viesse a registar qualquer forma de bloqueamento



CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

(3)

ao processo de desenvolvimento económico-social em curso ou qualquer entrave ao racional estabelecimento de uma política habitacional ajustada à satisfação das necessidades e carências existentes e previsíveis no sector da construção.

Os critérios de incidência directa na defesa dos solos agrícolas que a Comissão, por unanimidade, vai submeter à aprovação da Assembleia Municipal, em texto já estabelecido, foi seguidamente apresentado na reunião em leitura do seu articulado para eventuais alterações de pormenor por parte dos técnicos qualificados presentes, afim de se conseguir a melhoria formal do seu conteúdo.

Após a leitura do enunciado de cada um dos quatro pontos do articulado, foram sugeridas algumas alterações de pormenor ao ponto nº 4 (quatro) que a Comissão satisfez, introduzindo-as, pela sua razoabilidade evidente e por não virem alterar qualquer aspecto de fundo previamente e unanimemente acordado por todos os membros da Comissão.

Quer o representante da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico, quer o do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, presentes, prestaram esclarecimento diversos nas áreas de competência técnica e jurídica dos seus respectivos organismos.

Solicitado pela Comissão o Engº Manuel Ferreira da Cruz Tavares deu a sua concordância pessoal, como técnico, ao texto da proposta dos critérios de defesa, cuja validade, disse, competiria à Assembleia Municipal decidir, manifestando também o seu interesse em que fosse remetido pelo Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário à Câmara Municipal de Aveiro uma cópia da Carta de Capacidade de Uso dos Solos do Concelho de Aveiro (objecto do ponto três do articulado da Comissão) pelo que transmitiu este pedido directamente ao Engº Nuno José Quintino Rogado, afirmando também possuírem os Serviços Técnicos da Câmara, em fase muito adiantada, a delimitação dos perímetros dos





## CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

*Leito Gomes*  
*António*  
*M. Sousa*  
*R. P. do*  
*AV*

mento Agrário, de acordo com a Lei; -----

4º) - a correcção e ajustamento, na especialidade, do Plano Geral de Urbanização, recentemente aprovado na Assembleia Municipal, na generalidade, em Planos de Pormenor que tenham em atenção a referida Carta de Capacidade de Uso de Solos do Concelho, e, nomeadamente, na implantação de infraestruturas de interesse público, como a rede viária Principal de acesso à cidade e ao porto e a rede viária secundária com a abertura de caminhos públicos nas zonas rurais, as quais não deverão ser deixadas ao arbítrio, as primeiras, dos organismos de vocação nacional com competência de planeamento, as segundas, das autarquias, e sempre e uma vez mais ao apoio e à intervenção da Direcção Geral de Planeamento Urbanístico e do Centro Nacional de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, e ou de outros Serviços do Ministério da Agricultura e Pescas juridicamente competentes; , para evitar que se gerem situações de facto consumado muito lesivas do interesse público com destruição evitável de muitos solos defendidos."

Finalmente a Comissão declarou desejar que fosse dado conhecimento da acta da reunião à Assembleia Municipal, e que, nos termos do mandato recebido, o articulado com os critérios propostos pela Comissão fosse simultaneamente e através do mesmo documento, submetido à apreciação e votação ou ratificação do mesmo órgão autárquico, na próxima reunião do mês de Novembro em curso.

A presente reunião foi convocada no seguimento de outra ocorrida em 26 de Outubro p.p. da Comissão referida, e a seu pedido, com o Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Girão Pereira, para elucidação de problemas relativos à defesa dos solos agrícolas e clarificação de pontos de vista tendentes à sua solução.

Nada mais havendo a registar dou por encerrada a presente acta, a qual vai ser assinada por todos os presentes e por mim, António Alberto de Jesus Plácido, 2º Oficial Administrativo, da Câmara Municipal, também presente à reunião, que lavrei a acta e a subscrevo,



CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO

Resolução de 19 de Janeiro

Comunicação de Serviços

Leão de Sousa Tigueiredo Gomes

Em Aveiro a 15 de Janeiro de 1925

Comprei-me ao Melvora

Nome José Quintana Raposo

Antônio Alberto de F. P. L. Costa

Antônio Raposo